

OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE
ENERGIA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2023

OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Balanços patrimoniais regulatórios

Demonstração dos resultados regulatória

Demonstração dos resultados abrangentes regulatória

Demonstração das mutações do patrimônio líquido regulatória

Demonstração dos fluxos de caixa regulatória - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias

Termo de responsabilidade da Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Ourilândia do Norte transmissora de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Ourilândia do Norte transmissora de Energia S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ourilândia do Norte transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Ourilândia do Norte transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Ourilândia do Norte transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, datado de 03 de abril de 2024, sem modificação.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2024.

OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.



Balancos patrimoniais regulatórios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.951.695	5.563.047	Empréstimos		-	305.882
Contas a receber	5	408.926	236.740	Debêntures	10	4.889.749	4.201.603
Impostos a recuperar	6	329.108	248.006	Fornecedores	11	739.293	522.438
Despesas antecipadas		262.792	47.487	Obrigações sociais e trabalhistas		57.505	53.271
Outros ativos circulantes	7	51.545	21.137	Obrigações tributárias	12	259.033	249.865
		4.004.066	6.116.417	Dividendos a Pagar		-	2.516.077
Ativo não circulante				Juros sobre Capital Proprio a Pagar		2.007.353	334.497
Dividendos Antecipados		60.970.879	62.021.495	Encargos Setoriais	13	491.575	205.872
Despesas antecipadas		122.457	-			8.444.508	8.389.505
Outros ativos não circulantes	7	56.240	56.240	Passivo não circulante			
Imobilizado	8	33.038.969	34.103.177	Debêntures	10	83.167.375	83.920.946
Obrigações vinculadas à concessão	9	51.872.033	-	Obrigações vinculadas à concessão	9	51.872.033	-
Intangível		2.757	8.961	Juros sobre capital próprio		2.007.354	-
		146.063.335	96.189.873			137.046.762	83.920.946
				Patrimônio líquido	14		
				Capital social		6.650.001	6.000.001
				Reserva de lucros		(2.073.870)	3.995.838
						4.576.131	9.995.839
Total do ativo		150.067.401	102.306.290	Total do passivo e patrimônio líquido		150.067.401	102.306.290

Demonstração dos resultados regulatórios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita/Ingresso			
Disponibilização do sistema de transmissão		20.461.200	29.315.262
Tributos			
PIS - PASEP e COFINS		(1.553.302)	(1.291.353)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(353.117)	(271.796)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(1.913.709)	(2.583.586)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSE		(63.748)	(88.967)
PROINFA		(921.969)	(2.182.683)
		<u>15.655.355</u>	<u>22.896.877</u>
Custos gerenciáveis - "Parcela B"			
Pessoal e administradores		(951.588)	(618.890)
Material		(119.590)	(129.849)
Serviços de terceiros		(2.973.498)	(6.286.623)
Seguros		(185.655)	(64.575)
Tributos		(10.571)	(39.326)
Gastos diversos		(33.964)	(31.917)
Doações, contribuições e subvenções		(9.732)	(11.243)
Arrendamento e aluguéis		(373.126)	(90.331)
Depreciação		(1.338.258)	(1.566.402)
Resultado por atividade		<u>9.659.373</u>	<u>14.057.721</u>
Outras receitas			
Outras receitas e despesas		-	788.254
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		314.548	383.972
Despesas financeiras		(8.923.305)	(5.808.658)
		<u>(8.608.757)</u>	<u>(5.424.686)</u>
Lucro antes do IRPJ e CSLL		<u>1.050.616</u>	<u>9.421.289</u>
IRPJ e CSLL corrente	16	-	(1.460.163)
Lucro líquido do exercício		<u><u>1.050.616</u></u>	<u><u>7.961.126</u></u>

Demonstração dos resultados abrangentes regulatórios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro Líquido do exercício	1.050.616	7.961.126
Resultado abrangente	<u>1.050.616</u>	<u>7.961.126</u>

OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido regulatórios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.000.001	379.587	5.061.239	(6.555.540)	4.885.287
Reserva legal - atendimento ao limite legal societário	-	(379.587)	-	379.587	-
Juros sobre capital próprio deliberado em assembleia	-	-	-	(334.497)	(334.497)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.961.126	7.961.126
Incentivo fiscal - Subvenção SUDAM	-	-	1.929.668	(1.929.668)	-
Incentivo fiscal - Reinvestimento BASA	-	-	115.780	(115.780)	-
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	-	-	-	(2.516.077)	(2.516.077)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.000.001	-	7.106.687	(3.110.849)	9.995.839
Aumento de capital social	650.000	-	-	-	650.000
Reserva legal - atendimento ao limite legal societário	-	130.000	-	(130.000)	-
Juros sobre capital próprio deliberado em assembleia	-	-	-	(6.069.707)	(6.069.707)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	1.050.616	1.050.616
Distribuição de dividendos sobre lucro regulatório	-	-	-	(1.050.616)	(1.050.616)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.650.001	130.000	7.106.687	(9.310.556)	4.576.132

Demonstração dos fluxos de caixa regulatórios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.050.616	7.961.126
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado das (aplicado nas) atividade operacionais		
Juros/atualização sobre empréstimos e financiamentos	97.282	59.023
Juros e correção debêntures	8.619.395	5.657.650
Depreciações e amortizações	1.338.257	1.566.403
	11.105.550	15.244.202
Redução/(aumento) nos saldos dos ativos		
Contas a receber	(172.186)	(10.683)
Impostos a recuperar	(81.102)	(125.233)
Despesas antecipadas	(337.762)	(30.584)
Outros ativos	(30.408)	86.256
Aumento/(redução) nos saldos dos passivos		
Fornecedores	216.855	(47.203)
Obrigações sociais e trabalhistas	4.234	12.869
Obrigações tributárias e parcelamentos tributários	9.168	461.971
Encargos setoriais	285.703	(859.442)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	11.000.052	14.732.153
Pagamento de IRPJ e CSLL	-	(1.460.160)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	11.000.052	13.271.993
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	-	-
Investimentos no ativo contratual	(267.845)	(25.783)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(267.845)	(25.783)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	650.000	-
Distribuição de dividendos anteriores e antecipados	(4.905.575)	(64.250.000)
Emissão de debêntures	(3.815.118)	54.708.693
Pagamento de empréstimos	(403.164)	(517.846)
Pagamento de debentures	(4.869.701)	(3.788.510)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(13.343.559)	(13.847.663)
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.611.352)	(601.453)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.563.047	6.164.500
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.951.695	5.563.047
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.611.352)	(601.453)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

1. Contexto operacional

A Ourilândia do Norte transmissora de Energia S.A. (“ONTE” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 25 de julho de 2016 e está estabelecida na Rua Pequetita, nº 215, Conj. 42, Sala 05, Vila Olímpia, CEP: 04552-060, São Paulo, SP. O objeto social consiste na prestação de serviço público de transmissão de energia, incluindo a construção, montagem, a operação e a manutenção da instalação. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Em 5 de outubro de 2016, a Ourilândia do Norte Transmissora Energia S.A. assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o contrato de concessão nº 021/2016 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos.

Caracterizada no anexo 6W do Edital do Leilão nº 13/2015 - ANEEL, descrita a seguir: Instalações de transmissão no estado do Pará, composta pela subestação Onça Puma, em 230/138 kV, 2x100 MVA; conexões de unidades trifásicas de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A subestação Onça Puma em 230/138 kV entrou em operação no dia 21 de junho de 2018.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, e foi determinada em R\$ 8.760.000, valor histórico. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão, contados a partir da data do leilão.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante de indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

No âmbito do processo administrativo ANEEL 48500.004686/2019-11 a ANEEL convalidou a transferência de ativos de transmissão para a Companhia que eram de interesse restrito do consumidor livre VALE S.A. – Mineração Onça Puma (“VALE MOP”) em data anterior à data de operação comercial das instalações da ONTE. Referidos ativos estão caracterizados no instrumento de transferência não onerosa celebrado entre a Companhia e a Vale MOP em 2018 e consistem, essencialmente, em (a) uma linha de transmissão em 230KV, circuito duplo, com cerca de 181 km, localizada entre a Subestação Integradora (operada pela Eletronorte) e a Subestação Onça Puma; e (b) setor de 230 kv da Subestação Onça Puma e instalações associadas. A ANEEL estabeleceu nos termos da Resolução Autorizativa 10.032/21 e da Resolução Autorizativa 11.279/22 os valores devidos à Companhia a título de adicional de RAP para cobertura dos custos de operação e manutenção dos referidos ativos recebidos (NE 9). Adicionalmente, a Companhia identificou a necessidade de investimentos adicionais nos ativos recebidos da Vale MOP em virtude de requisitos de atualização tecnológica previstos nos Procedimentos de Rede do ONS, bem como para reparos e correções de parte dos ativos quando eram de titularidade da Vale MOP. A ANEEL reconheceu que os referidos investimentos são necessários e atribuiu a responsabilidade financeira dos montantes associados às adequações e correções à distribuidora CELPA (atual Equatorial Pará Distribuidora) e à VALE MOP. Atualmente a Companhia encontra-se em discussão com a ANEEL e com a Vale acerca da fixação dos valores adicionais de RAP que deverão ser pagos pela Vale a título de remuneração, via encargos de conexão, em contrapartida aos investimentos a serem efetuados pela Companhia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (“DCR”) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador descritos no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – versão 2015 e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi autorizado pela administração em 30 de abril de 2024.

3. Sumário das principais práticas contábeis materiais

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos regulatórios:

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço:

Registrado ao custo de aquisição ou construção em 31 de agosto de 2018. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

Imobilizado em curso:

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

- (a) Período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- (b) Utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;
- (c) O montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e
- (d) Os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Mudanças nas principais políticas contábeis

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabíveis, quando entrarem em vigor.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações ao IAS 7: Demonstração dos fluxos de caixa e IFRS 7 Instrumentos financeiros evidencição. Essas alterações visam maior transparência sobre os acordos de financiamentos com fornecedores.

Atualmente, a Entidade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis, entretanto, acreditam que não terão impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos - conta movimento	1.495.734	1.378.440
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.455.961	4.184.607
	<u>2.951.695</u>	<u>5.563.047</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos aplicados em operações com liquidez imediata, em menos de 90 dias, são remunerados com taxas variáveis atreladas a variação do CDI, remuneradas em média 90% do CDI.

5. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	408.926	236.740
	<u>408.926</u>	<u>236.740</u>

Refere-se à parcela da Receita Anual Permitida - RAP faturada mensalmente conforme determinação da ANEEL.

A análise do vencimento de saldos de contas a receber é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	86.510	70.634
Vencido		
Vencido de 1 a 90 dias	109.418	2.380
Vencido de 91 a 180 dias	34.989	130.686
Vencido a mais de 181 dias	178.009	33.040
	<u>408.926</u>	<u>236.740</u>

A Administração entende que não há risco de perda estimada para os títulos em aberto, visto que, os mesmos, estão sendo monitorados na tentativa de recuperação do crédito por meio de pleito de pagamento via sistema ONS. Em determinados casos, é possível acionar o mecanismo via execução de garantias associadas aos contratos de conexão, do qual foram celebrados pelos usuários do sistema de transmissão, procedimento que é padrão na Companhia.

6. Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda - saldo negativo	210.580	138.830
CSLL - saldo negativo	39.148	35.239
Imposto de renda	31.621	28.877
CSLL retido na fonte	31.133	28.432
Imposto de renda retido na fonte	15.578	15.578
IR e CSLL clientes	820	820
PIS e COFINS clientes	230	230
	<u>329.108</u>	<u>248.006</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

7. Outros ativos

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores	96.912	76.332
Outros adiantamentos	10.873	1.054
	107.785	77.376
Circulante	51.545	21.136
Não circulante	56.240	56.240
	107.785	77.736

8. Imobilizado

8.1. Composição:

	Custo	31/12/2023 Depreciação Acumulada	31/12/2023 Saldo Liquido	31/12/2022 Saldo Liquido
Transmissão				
Máquinas e equipamentos	30.247.374	(5.567.283)	24.680.091	25.671.353
Edificações e benfeitorias	9.919.487	(1.851.557)	8.067.930	8.399.554
Imobilizado em curso	261.466	-	261.466	-
Administração				-
Equipamentos de informática	38.998	(9.516)	29.482	32.270
	40.467.325	(7.428.356)	33.038.969	34.103.177

8.2. Movimentação:

	31/12/2022	Adições e Baixas	Depreciação	31/12/2023
Ativo imobilizado em curso				
Transmissão				
Máquinas e equipamentos	25.671.353	6.379	(997.641)	24.680.091
Edificações e benfeitorias	8.399.554	-	(331.624)	8.067.930
Imobilizado em curso	-	261.466	-	261.466
Administração				
Equipamentos de informática	32.270	-	(2.788)	29.482
	34.103.177	267.845	(1.332.053)	33.038.969

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

9. Obrigações Vinculadas à Concessão e Permissão do Serviço Público

9.1 Composição:

	Custo	31/12/2023 Depreciação Acumulada	31/12/2023 Saldo Líquido	31/12/2022 Saldo Líquido
Obrigações Vinculadas à Concessão e Permissão do Serviço Público				
Máquinas e equipamentos	77.529.970	(25.657.937)	51.872.033	-
	<u>77.529.970</u>	<u>(25.657.937)</u>	<u>51.872.033</u>	<u>-</u>

9.2 Movimentação:

	31/12/2022	Adições	Depreciação	31/12/2023
Obrigações Vinculadas à Concessão e Permissão do Serviço Público				
Máquinas e equipamentos	-	77.529.970	(25.657.937)	51.872.033
	<u>-</u>	<u>77.529.970</u>	<u>(25.657.937)</u>	<u>51.872.33</u>

10. Debêntures

	Vencido final	Juros	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures (a)	nov/39	6,15% a.a. + IPCA	31.038.648	31.516.201
Debêntures (b)	jan/44	9,52% a.a. + IPCA	57.309.783	56.897.655
			88.348.431	88.413.856
			(291.307)	(291.307)
(-) Custo de transação (c)			<u>88.057.124</u>	<u>88.122.549</u>
		Circulante	4.889.749	4.201.603
		Não circulante	83.167.375	83.920.946

- (a) Em 15 de novembro de 2019 foram emitidas 30.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000, com amortização em 40 parcelas, sendo o primeiro vencimento em 15 de maio de 2020 e o último em 15 de novembro de 2039 ("1ª emissão").
- (b) Em 16 de agosto de 2022 foram emitidas 55.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000, com amortização em 43 parcelas sendo o primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2023 e o último em 15 de janeiro de 2044 ("2ª emissão").
- (c) A 2ª emissão de debêntures incorreu em custos que foram reconhecidos como redutores e serão apropriados de acordo com a amortização da respectiva dívida, conforme CPC 08 (R1).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

Abaixo são apresentadas as análises dos vencimentos das debêntures:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
2023	-	4.550.073
2024	4.889.749	4.550.073
2025	4.889.749	4.550.073
2026	4.889.749	4.550.073
Após 2027	73.387.877	70.213.564
	<u>88.057.124</u>	<u>88.413.856</u>

Cláusulas contratuais

Todas as exigências e cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de debêntures estão sendo devidamente observadas e atendidas pela Companhia. As principais cláusulas restritivas são:

- Referente a alienação fiduciária de ações em garantia das debêntures, da cessão dos direitos emergentes da concessão, e da conta vinculada, que deve ser mantido saldo equivalente a uma parcela vincenda da amortização atualizada da debênture e do pagamento dos juros moratórios ou emissão de fiança bancária de igual valor em substituição à conta vinculada.
- Manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") apurado conforme demonstrações financeiras regulatórias preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Em 31 de dezembro de 2023 os *covenants* foram cumpridos.

11. Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores de Materiais e Serviços	739.293	522.438
	<u>739.293</u>	<u>522.438</u>

Referem-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até 1 ano da data de encerramento do balanço.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

12. Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS a recolher	132.249	126.492
INSS a recolher	105.303	100.100
ISS a recolher	9.247	7.315
CSLL/PIS/COFINS retido na fonte	5.277	6.708
Imposto de renda retido na fonte	4.035	4.510
FGTS a recolher	2.861	4.740
ICMS a recolher	61	-
	<u>259.033</u>	<u>249.865</u>

13. Encargos setoriais

	31/12/2023	31/12/2022
P&D - Projetos	455.363	184.341
FNDCT	15.231	14.354
Proinfa (b)	13.366	-
MME	7.615	7.177
CDE (a)	-	-
	<u>491.575</u>	<u>205.872</u>

- (a) A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem como finalidade conceder descontos tarifários aos usuários de baixa renda, rural, irrigante; custear a geração de energia nos sistemas isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC); pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; os saldos foram quitados dentro do exercício.
- (b) O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), possui o propósito de fomentar a presença de fontes alternativas de energia diversificando assim a matriz energética do país.

14. Patrimônio líquido

i. Capital social

O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2023 é representado por 17.316 (dezesesseis mil e seiscentos e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas entre acionistas:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de ações	% do capital social	Quantidade de ações	% do capital social
FIP Kavom (a)	17.316	100%	16.666	100%
	<u>17.316</u>	<u>100%</u>	<u>16.666</u>	<u>100%</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

- (a) Em 12 de maio de 2023 a companhia aprovou o aumento de capital social no montante total de R\$650.000, mediante a emissão de 650 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1.000 por ação.

ii. Destinações do lucro do exercício

As destinações foram calculadas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido regulatório	1.050.616	7.961.126
Ajustes	3.556.645	4.148.630
Lucro líquido do exercício societário	4.607.261	12.109.756
(-) Reserva legal (a)	(130.000)	-
Lucro após as destinações obrigatórias	4.477.261	12.109.756
(-) Reservas para subvenções SUDAM e BASA	-	(2.045.448)
Lucro após a destinação da reserva	4.477.261	10.064.308
(-) Dividendos propostos (25%)	-	(2.516.077)
Lucro a destinar societário	4.477.261	7.548.231
	<hr/>	<hr/>
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) líquido regulatório	1.050.616	7.961.126
Distribuição de dividendos (c)	(1.050.616)	-
Lucro líquido do exercício regulatório	-	7.961.126

(a) Reserva legal

Do lucro líquido apurado do exercício, será deduzido a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excedera 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da reserva legal estava representado em 18,05% do capital social, desta forma, foram constituídos 1,98% sobre o lucro líquido do exercício, montante total de R\$130.000.

(b) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

Conforme determinado no Estatuto Social, a Companhia, poderá, a qualquer tempo, levantar os balancetes em cumprimento aos requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Também poderá pagar aos seus acionistas, por deliberação de Assembleia Geral, juros sobre capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

Abaixo a composição dos dividendos a pagar:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	2.850.574	2.228.505
Dividendos adicionais deliberados em assembleia	-	62.021.495
Dividendos pagos no exercício	(2.516.077)	(64.250.000)
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	-	2.516.077
Juros sobre capital próprio	6.069.707	334.497
Juros sobre capital próprio pagos no exercício	(2.389.497)	
Saldo final	<u>4.014.707</u>	<u>2.850.574</u>

O pagamento de dividendos em 2023 referente ao exercício de 2022, foi aprovado pelas assembleias gerais e ordinárias e extraordinárias ocorridas em 28 de abril de 2023.

(c) Distribuição de dividendos

Em 31 de dezembro de 2022, a empresa distribuiu um montante de R\$62.021.495 referente ao lucro líquido retido societário. Essa distribuição foi designada como Dividendos Antecipados no ativo não circulante para fins regulatórios, a serem compensados à medida que os lucros regulatórios forem sendo gerados.

Em 31 de dezembro de 2023, a empresa alocou R\$1.050.616 dos lucros regulatórios apurados para compensação dos Dividendos Antecipados.

15. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	305.112	368.251
Outras receitas financeiras	9.436	15.721
	<u>314.548</u>	<u>383.972</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(8.619.395)	(97.282)
Outras despesas financeiras	(294.586)	(5.518.419)
Juros sobre empréstimos	(9.324)	(192.957)
	<u>(8.923.305)</u>	<u>(5.808.658)</u>
	<u>(8.608.757)</u>	<u>(5.424.686)</u>

16. Crédito (despesa) de Imposto de renda e contribuição social

Abaixo a conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL - Lucro real:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos impostos	1.050.616	9.086.793
Despesa de IRPJ e CSLL calculada a alíquota de 34%	-	(3.089.510)
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM (a)	-	1.929.668
Incentivo fiscal - IRPJ - Reinvestimento (b)	-	115.780
Adições/Exclusões temporárias e permanentes	-	(416.102)
Despesa de IRPJ e CSLL	-	(1.460.163)
Alíquota efetiva		-16%
IRPJ e CSLL (corrente)	-	(1.460.163)
	-	(1.460.163)
Lucro líquido do exercício	-	7.626.630

A Companhia possui direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. O benefício possui algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

17. Instrumentos financeiros

Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Ativo financeiro			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	2	1.455.961	4.184.607
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa		1.495.734	1.378.440
Contas a receber		408.926	236.740
Dividendos Antecipados		62.021.495	62.021.495
Passivo financeiro			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos		-	305.882
Debêntures		88.348.431	88.122.548
Fornecedores		739.293	522.438

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores justos.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC vigente:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

Risco de crédito

A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.

Risco de preço

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (Nota 1.2).

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

18. Passivos contingentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos da Companhia e análise das demandas judiciais pendentes, entende que não existem processos trabalhistas, tributários e cíveis com probabilidade de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2023, conforme avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, há 2 (dois) processos administrativos e 1 (um) processo judicial avaliados o grau de risco de perda possível e não provisionados, evidenciando-se a seguir as discussões objeto de tais processos:

- (a) mandado de segurança perante a vara única de Ourilândia do Norte/PA no qual a Companhia obteve liminar para não ser submetida ao pagamento de preço público pelo uso do domínio público afeto à prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica conforme legislação municipal de Ourilândia do Norte/PA (Lei nº 004/2006 e do Decreto nº 040/2021), com valor de causa de R\$ 432.026,90 (atualizado para dez/2023);
- (b) processo administrativo perante a Secretaria Estadual da Fazenda Pará referente a impugnação de auto de infração referente a suposta utilização indevida de crédito tributário de ICMS no valor total de R\$ 196.383,02 (atualizado até dezembro de 2023, incluindo principal, multas, juros e correção monetária);
- (c) processo administrativo perante a Secretaria de Meio Ambiente do Pará (SEMAS) com impugnação de auto de infração por suposto descumprimento de condicionante da licença de operação relacionada a apresentação de autorização para destinação de resíduos sólidos gerados pelo empreendimento. O auto de infração não especificou valores de pecuniários eventualmente devidos pela Companhia.

Riscos tributários

De acordo com a legislação vigente, as declarações de imposto de renda entregues estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados.

No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2023, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia, exceto conforme mencionados no item precedente classificados como risco de perda possível pelos assessores legais da Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Consequentemente, a Companhia não tem registrada provisão para contingências.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

19. Cobertura de seguros

A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

TOKIO MARINE SEGURADORA S.A	
APÓLICE:	960 0000003114/ Endosso 40000004546
TIPO:	Compreensivo Empresarial - Riscos Operacionais
MODALIDADE:	Patrimonial
VALOR SEGURADO:	R\$ 227.051.241,81
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 481.267,66
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	05/07/2023 a 05/07/2025

FATOR SEGURADORA S.A	
APÓLICE:	1005100002115/ Endosso 00000
TIPO:	Responsabilidade Civil Geral
MODALIDADE:	Responsabilidade Civil Geral Não Padronizado
VALOR SEGURADO:	R\$ 15.000.000,00
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 24.735,00
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	18/11/2023 a 18/11/2024

20. Partes relacionadas e remuneração da Administração.

Partes relacionadas

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Durante os exercícios de 2023 e 2022 não houve transações com partes relacionadas.

Remuneração da Administração

Os Administradores são acionistas indiretos e não receberam remunerações fixas e, variáveis entre os anos de 2023 e 2022.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

21. Conciliação do Balancete Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no manual de contabilidade do setor elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

A composição das diferenças entre as demonstrações contábeis societárias para as demonstrações contábeis regulatórias, do período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

Ativo	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.951.659	-	2.951.695	5.563.047	-	5.563.047
Contas a receber	408.926	-	408.926	236.740	-	236.740
Impostos recuperar	329.108	-	329.108	248.006	-	248.006
Despesas antecipadas	262.792	-	262.792	47.487	-	47.487
Ativo de contrato de concessão	-	(12.348.944)	12.348.944	-	(10.602.441)	10.602.441
Outros ativos circulantes	51.545	-	51.545	21.137	-	21.137
	<u>4.004.066</u>	<u>(12.348.944)</u>	<u>16.353.010</u>	<u>6.116.417</u>	<u>(10.602.441)</u>	<u>16.718.858</u>
Ativo não circulante						
Dividendos Antecipados	60.970.879	60.970.879	-	62.021.495	62.021.495	-
Ativo de contrato de concessão	-	(136.145.009)	136.145.009	-	(133.690.179)	133.690.179
Despesas antecipadas	122.457	-	122.457			
Outros ativos não circulantes	56.240	-	56.240	56.240	-	56.240
Imobilizado	33.038.969	33.038.969	-	34.103.177	34.070.906	32.271
Obrigações vinculadas à concessão e perm. serv. púb.	51.872.033	51.872.033	-	-	-	-
Intangível	2.757	2.757	-	8.961	-	8.961
	<u>146.063.335</u>	<u>9.739.629</u>	<u>136.323.706</u>	<u>96.189.873</u>	<u>(37.597.778)</u>	<u>133.787.651</u>
Total do ativo	<u>150.067.401</u>	<u>(2.609.315)</u>	<u>152.676.716</u>	<u>102.306.290</u>	<u>(48.200.219)</u>	<u>150.506.509</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante						
Empréstimos	-	-	-	305.882	-	305.882
Debêntures	4.889.749	-	4.889.749	4.201.603	-	4.201.603
Fornecedores	739.293	-	739.293	522.438	-	522.438
Obrigações sociais e trabalhistas	57.505	-	57.505	53.271	-	53.271
Obrigações tributárias	259.033	-	259.033	249.865	-	249.865
Parcelamento tributário	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	2.516.077	-	2.516.077
Juros sobre capital próprio a pagar	2.007.353	-	2.007.353	334.497	-	334.497
Encargos setoriais	491.575	-	491.575	205.872	-	205.872
	<u>8.444.508</u>	<u>-</u>	<u>8.444.508</u>	<u>8.389.505</u>	<u>-</u>	<u>8.389.505</u>
Não circulante						
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Debêntures	83.167.375	-	83.167.375	83.920.946	-	83.920.946
Obrigações vinculadas à concessão e perm. serv. púb.	51.872.033	51.872.033	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio a pagar	2.007.354	-	2.007.354	-	-	-
PIS e COFINS diferidos	-	(9.188.452)	9.188.452	-	(8.816.611)	8.816.611
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(33.709.028)	33.709.028	-	(32.407.001)	32.407.001
	<u>137.046.762</u>	<u>8.974.553</u>	<u>128.072.209</u>	<u>83.920.946</u>	<u>(41.223.612)</u>	<u>125.144.558</u>
Patrimônio líquido						
Capital social	6.650.001	-	6.650.001	6.000.001	-	6.000.001
Prejuízos acumulados	(2.073.870)	(11.583.868)	9.509.998	3.995.838	(6.976.607)	10.972.445
	<u>4.576.131</u>	<u>(11.583.868)</u>	<u>16.159.999</u>	<u>9.995.839</u>	<u>(6.976.607)</u>	<u>16.972.446</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>150.067.401</u>	<u>(2.609.315)</u>	<u>152.676.716</u>	<u>102.306.290</u>	<u>(48.200.219)</u>	<u>150.506.509</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Resultado do exercício						
Receita/Ingresso						
Disponibilização do sistema de transmissão	20.461.200	11.949.064	8.512.136	29.315.262	10.351.069	18.964.193
Remuneração do ativo de concessão	-	(14.431.931)	14.431.931	-	(14.037.654)	14.037.654
Receita de O&M	-	(1.346.624)	1.346.624	-	(1.282.865)	1.282.865
Tributos						
PIS e COFINS	(1.553.302)	-	(1.553.302)	(1.291.353)	1.032.243	(2.323.596)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(353.117)	-	(353.117)	(271.796)	-	(271.796)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(1.913.709)	-	(1.913.709)	(2.583.586)	-	(2.583.586)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSE	(63.748)	-	(63.748)	(88.967)	-	(88.967)
PROINFA	(921.969)	-	(921.969)	(2.182.683)	-	(2.182.683)
Receita líquida	15.655.355	(3.829.491)	19.484.846	22.896.877	(3.937.207)	26.834.084
Custos gerenciáveis - "Parcela B"						
Pessoal e administradores	(951.588)	-	(951.588)	(618.890)	-	(618.890)
Material	(119.590)	-	(119.590)	(129.849)	-	(129.849)
Serviços de terceiros	(2.973.498)	-	(2.973.498)	(6.286.623)	-	(6.286.623)
Seguros	(185.655)	-	(185.655)	(64.575)	-	(64.575)
Tributos	(10.571)	-	(10.571)	(39.326)	-	(39.326)
Gastos diversos	(33.964)	134.941	(168.905)	(31.917)	-	(31.917)
Doações, contribuições e subvenções	(9.732)	-	(9.732)	(11.243)	-	(11.243)
Arrendamento e aluguéis	(373.126)	-	(373.126)	(90.331)	-	(90.331)
Depreciação	(1.338.258)	(1.164.122)	(174.136)	(1.566.402)	(1.550.073)	(16.329)
Resultado por atividade	9.659.373	(4.858.672)	14.518.045	14.057.721	(5.487.280)	19.545.001
Outras receitas	-	-	-	788.254	-	788.254
Resultado financeiro	(8.608.757)	-	(8.608.757)	(5.424.686)	-	(5.424.686)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.050.616	(4.858.672)	5.909.288	9.421.289	(5.487.280)	14.908.569
IRPJ e CSLL corrente	-	-	-	(1.460.163)	-	(1.460.163)
IRPJ e CSLL diferido	-	1.302.027	(1.302.027)	-	1.338.650	(1.338.650)
Lucro líquido do exercício	1.050.616	(3.556.645)	4.607.261	7.961.126	(4.148.630)	12.109.756

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

A seguir, são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

a. Ativo contratual de concessão:

Conforme previsto no contrato de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço. A concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e IPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculada a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

b. Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais (R\$))

Com a adoção da CPC 47 nas Demonstrações Contábeis Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão, vide nota de ajuste 21. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado e ativo intangível, reconhecidas na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os impactos da adoção do CPC 47 e que os valores estejam registrados pelo valor homologado na ANEEL. No exercício de 2023 não houve revisão tarifária, portanto os valores considerados são os custos históricos.

c. Imposto de renda e contribuição social diferido

Conforme detalhado na nota de ajuste 21, os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados das demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferido.

d. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido societário	16.159.999	16.972.446
Exclusão / Adições (exercício corrente)		
Ativo de contrato de concessão	(3.694.550)	(4.969.450)
PIS e COFINS diferido	-	1.032.243
IR e CS diferido	1.302.027	1.338.650
Depreciação do exercício	(1.164.122)	(1.550.073)
Dividendos Antecipados	60.970.879	62.021.495
Exclusão (exercícios anteriores)		
Ativo de contrato de concessão	(108.671.641)	(103.041.607)
PIS e COFINS diferido	8.816.611	8.452.419
IR e CS diferido	32.407.001	31.068.351
Depreciação	(1.550.073)	(1.328.635)
Patrimônio líquido regulatório	<u>4.576.132</u>	<u>9.995.839</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Valores expressos em Reais (R\$))

e. Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção e a receita remuneração do ativo financeiro, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos da CPC 47 são desconsiderados.

f. Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste 21, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso PIS e COFINS diferido.

g. Lucro líquido do exercício

As diferenças entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito do CPC 47, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício societário	4.607.261	12.109.756
Exclusão		
Receita bruta (CPC 47)	(3.829.491)	(4.969.450)
PIS e COFINS diferido (CPC 47)	-	1.032.243
IR e CS diferido (CPC 47)	1.302.027	1.338.650
Depreciação e amortização	(1.029.181)	(1.550.073)
Lucro líquido do exercício regulatório	<u>1.050.616</u>	<u>7.961.126</u>

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Artigo 13, Grupo V, inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

São Paulo/SP, 30 de abril de 2024.

Atenciosamente,

----Assinado digitalmente----

Sergio Augusto Martins Bezerra
Diretor Presidente

----Assinado digitalmente ----

Roberto Mario Amaral Lima Neto
Diretor

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

....

XVII - Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Rua Pequetita, nº 215, Cj. 42, Sala 04, Vila Olímpia
CEP: 04552-060, São Paulo, SP
(11) 3842-6590 – contato@onte.com.br

ONTE_Termo.de.Responsabilidade_2023.pdf

Documento número #d1ec92c2-737e-4b48-80b1-ac0a4bd497e0

Hash do documento original (SHA256): 8d8a28740b46328fc281c08538f3e3fbea28dcd622c52d54518bcfc8fc0d3e6b

Assinaturas



Sérgio Augusto Martins Bezerra

CPF: 784.211.605-91

Assinou em 30 abr 2024 às 18:25:24



Roberto Mário Amaral Lima Neto

CPF: 246.988.018-18

Assinou em 30 abr 2024 às 17:49:00

Log

30 abr 2024, 17:17:55	Operador com email fabiana.mendes@abaeteinvestimentos.com.br na Conta 8a23034b-8606-4a14-a47a-72e4cadac859 criou este documento número d1ec92c2-737e-4b48-80b1-ac0a4bd497e0. Data limite para assinatura do documento: 30 de maio de 2024 (17:16). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
30 abr 2024, 17:17:55	Operador com email fabiana.mendes@abaeteinvestimentos.com.br na Conta 8a23034b-8606-4a14-a47a-72e4cadac859 adicionou à Lista de Assinatura: roberto@kavom.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Certificado Digital; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Roberto Mário Amaral Lima Neto e CPF 246.988.018-18.
30 abr 2024, 17:17:55	Operador com email fabiana.mendes@abaeteinvestimentos.com.br na Conta 8a23034b-8606-4a14-a47a-72e4cadac859 adicionou à Lista de Assinatura: sergio@kavom.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Certificado Digital; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo SERGIO AUGUSTO MARTINS BEZERRA.
30 abr 2024, 17:26:33	Operador com email fabiana.mendes@abaeteinvestimentos.com.br na Conta 8a23034b-8606-4a14-a47a-72e4cadac859 adicionou à Lista de Assinatura: sergio@kavom.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Sérgio Augusto Martins Bezerra e CPF 784.211.605-91.
30 abr 2024, 17:26:33	Operador com email fabiana.mendes@abaeteinvestimentos.com.br na Conta 8a23034b-8606-4a14-a47a-72e4cadac859 adicionou à Lista de Assinatura: roberto@kavom.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Roberto Mário Amaral Lima Neto e CPF 246.988.018-18.

30 abr 2024, 17:26:50	Operador com email fabiana.mendes@abaeteinvestimentos.com.br na Conta 8a23034b-8606-4a14-a47a-72e4cadac859 removeu da Lista de Assinatura: roberto@kavom.com.br para assinar.
30 abr 2024, 17:27:01	Operador com email fabiana.mendes@abaeteinvestimentos.com.br na Conta 8a23034b-8606-4a14-a47a-72e4cadac859 removeu da Lista de Assinatura: sergio@kavom.com.br para assinar.
30 abr 2024, 17:49:00	Roberto Mário Amaral Lima Neto assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail roberto@kavom.com.br. CPF informado: 246.988.018-18. IP: 177.26.236.126. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.59258253761919 e longitude -46.6867729835223. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location . Componente de assinatura versão 1.841.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
30 abr 2024, 18:25:24	Sérgio Augusto Martins Bezerra assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail sergio@kavom.com.br. CPF informado: 784.211.605-91. IP: 177.26.229.188. Componente de assinatura versão 1.841.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
30 abr 2024, 18:25:24	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número d1ec92c2-737e-4b48-80b1-ac0a4bd497e0.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº d1ec92c2-737e-4b48-80b1-ac0a4bd497e0, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.